

# A PENA E A ESPADA

## A Comunicação Social Face ao Terrorismo

*Nuno Rogeiro*

### INTRODUÇÃO PROBLEMÁTICA

No último número do boletim *Foreign Affairs*, do americano CFR, o politólogo John Mueller, da Universidade Estatal do Ohio, argumenta sobre a percepção distorcida em relação ao terrorismo, que leva ao que chama de “mito do inimigo omnipresente”.

Dois meses depois da ameaça do “terrorismo líquido” em Londres, amplamente noticiada (e que, pela primeira vez desde 2001, no Reino Unido, levou à detenção e incriminação de uma rede alegadamente radical, antes de agir), Mueller defende a tese segundo a qual os atentados possíveis e passados são mais devidos a pequenos grupos, com pequenos meios, com pequenos objectivos, do que a uma grande conjura internacional.

Por isso, argumenta, a resposta através de macro-instituições (como o Dept. de Segurança da Metrópole) é *desadequada, desproporcionada, exagerada, e não serve nem para a natureza, nem para a dimensão da ameaça*. Por outro lado, diz, *os valores postos em causa (confiança dos eleitores, impostos dos contribuintes, liberdades civis) são muito superiores aos bens eventualmente salvaguardados*.

Ao contrário, temos, por exemplo, a orientação de Walid Phares, em obra recente, *sobre estratégias cuidadosamente pensadas, coordenadas, planeadas e executadas contra o ocidente, por parte dos principais grupos radicais sobreviventes* (cf. *biblio*).

Por outras palavras, os analistas do fenómeno terrorista dificilmente se entendem, cinco anos depois do 11 de Setembro.

Refira-se ainda que a ideia da “desproporcionalidade institucional” da resposta, hoje muito em voga nos EUA, não

costuma passar para a comunicação social do país, que geralmente olha o problema como uma conspiração universal. Noutros estados, os *media* são mais cépticos do que os analistas, ou mais analíticos do que os cépticos, ou diferentemente informados.

Por outro lado, grupos terroristas de várias matrizes continuam a fazer-se ouvir através da comunicação social.

No verão deste ano, a organização de Bin Laden anunciou a sua aliança à *Gemaa Islamiya* egípcia (laço logo negada por esta, argumentando que a Al Qaida quer “a Jihad”, e a GI quer “o Islão”) e ao Grupo Salafista para Chamamento e Combate, da Argélia, tendo ainda levado a cabo uma longa “análise política” sobre a situação no Afeganistão, no Iraque e no Líbano.

*Estas algumas das razões que justificam uma óbvia necessidade de entender o núcleo de relações entre a comunicação social e o terrorismo, nas relações que os dois cultivam com entidades mais vastas, como o estado e os diversos públicos.*

Esta comunicação pretende, de uma forma simplificada e tentativa, cobrir o tema em quatro grandes títulos.

Trata primeiro de uma recapitulação da função dos *media*, depois da atitude destes e dos grupos terroristas face à dimensão estatal e pública, em seguida da utilização específica por grupos terroristas das novas tecnologias de comunicação e informação, e por fim de alguns dilemas conhecidos, na relação dos *media* com o fenómeno da violência organizada, sob pretexto político.

## REALIDADE E FUNÇÃO DOS MEDIA

Os regimes e actores mais impacientes, que reflectem a estratégia do corte do circuito informativo (que impediria, *ab initio*, a produção noticiosa), podem perguntar, sobre a comunicação social: *e não se pode exterminá-la?*

Não.

Os *media* passaram a ser actores socio-políticos de primeiro plano, muitas vezes institucionalizados (por exemplo, com a acreditação em ministérios e instâncias internacionais). Por outro

lado, envolvem hoje já demasiados interesses, “direitos adquiridos”, “cúmplices” e familiares.

A sua função é ainda, mesmo para os cínicos, muito útil, senão vital.

Na verdade, desde muito cedo que foi preciso arranjar intermediários para noticiar a realidade.

Essa era a função dos mensageiros, que não se confundiam com a mensagem, se bem que pudessem tornar-se em bodes expiatórios.

*Reportando a realidade, ou parte dela, os media transportam a mensagem.*

Há aqui, portanto, que digredir – brevemente - pela relações entre *mensagem, reportagem e intermediação.*

O pensador da Antiguidade, Tucídides, observava que um discurso que tenha sido feito, mas não tenha sido entendido ou ouvido pelo público, é como se nunca tivesse sido produzido.

Ou seja – a publicidade dos actos é um fundamento essencial das sociedades. Os *media* tornam *o privado em público*, revelam o escondido, fazem o insignificante e o inexistente existirem e importarem.

Claro que a aldeia global de MacLuhan tem muito que se lhe diga: a complexidade da realidade *obriga à simplificação*, e os media, por natureza e necessidade, simplificam. Uns simplificam mais do que outros (a televisão é o sumário dos sumários), mas todos reduzem, esquematizam, espremem e desenharam.

*Há ainda uma necessidade de focagem.*

Na verdade, a quantidade hodierna de dados é imensa (já se falou em “sobredose informativa”) e obriga à canalização, sistematização e realce do presumivelmente essencial.

A presunção, obviamente, é elidível. Umas vezes é o verdadeiro “essencial” que se salienta, outras vezes só resultam pedaços de som expressionistas, trechos publicitários e ruído sugestivo. Voltando a MacLuhan, o meio é a mensagem, e o meio é a mensagem.

*Existe também um papel de apartamento e organização.*

É preciso, num universo complicado, fazer distinções, separar o ilusório do real, perscrutar, e os media *analizam*.

Esse universo exterior, e alguns universos interiores, possuem pormenores de difícil entendimento e apreensão, precisando-se um tradutor e um descodificador.

*Os media traduzem e descodificam, em teoria ou na prática.*

Por outro lado, nem todos querem saber as mesmas coisas ao mesmo tempo. Em suma, há vários “públicos”, assim como, para as empresas comerciais, há vários mercados e vários consumidores.

Logo é preciso optar, fazer escolhas, discriminar.

*Os media escolhem, optam e discriminam.*

## UTOPIA E COMUNICAÇÃO DE QUALIDADE

Passadas em revista estas ideias simples, cumpre perguntar: numa “sociedade ideal”, que qualidades deve a comunicação social ter?

*Desde logo, as regras específicas do jornalismo – da ética à deontologia, da técnica ao estilo – são só um escalão.*

Lembra-se aqui liminarmente o desnecessário: a comunicação social não pode violar, sem consequências, o direito interno e o direito internacional.

Mas convém começar pelo princípio. Isto é, pelos fundamentos “técnicos” da ocupação, e pelos ossos do ofício.

No jornalismo escrito, as bases da reportagem eram: onde, quando, como e porquê?

O porquê, claro, causa problemas, sobretudo quando não se sabe a resposta.

Quanto ao resto, os problemas são múltiplos. O “onde” e o “quando” parecem fáceis de ultrapassar, com o registo cuidado dos factos, mas o “como” traz eventuais controvérsias.

*Tecnicamente, deve distinguir-se em mármore a informação e a opinião.*

Mas a informação, mesmo do ponto de vista técnico (isto é, afastando a má fé e a incompetência, a manipulação e a má prática), pode necessitar de um grau de análise e interpretação por parte do repórter. Aí começam os conflitos.

Por outro lado, há um *efeito Pirandello* na observação humana – uma câmara pode transmitir toda a realidade que obtém de forma mecânica e abrangente, enquanto que a observação humana é sempre parcelar.

E mesmo a câmara pode originar erros, e ser afectada por condições atmosféricas, luz, temperatura, interferências electro-magnéticas, etc.; por outro lado, pode ser falsificada. Veja-se o desaparecimento fotográfico da realidade durante o estalinismo, ou as polémicas sobre as imagens do avião que presumivelmente embateu no Pentágono, no 11 de Setembro, ou a popularidade do efeito técnico “a cauda que abana o cão”.

Endereços electrónicos como CRYPTOME especializam-se na área da pretensa desmontagem das mentiras oficiais, traduzidas na também pretensa manipulação dos media, manipulação que seria humana e tecnológica.

Claro que a falsificação pode ser detectada, mas também pode ser perpetuada por poderes instituídos. Para a falsificação do discurso humano, o laboratório de análise é diferente.

*A informação deve ser objectiva, no sentido de se prender ao conjunto de factos reportados, e não à opinião de quem reporta. Isto não significa que quem reporta não tenha opiniões, isto é, não seja parcial. Suspende momentaneamente a parcialidade, para que surja a objectividade, é difícil, mas é tecnicamente possível, como no paradigma de Lincoln.*

O jornalista não deve tomar partido enquanto reporta, assim como o árbitro não pode favorecer uma das equipas, mesmo que de um lado esteja o Sporting Club Madre Teresa de Calcutá, e do outro a Associação Desportiva Ossama Bin Laden.

*A informação deve ser verdadeira, clara, completa, concisa, atraente (no sentido de não pôr ninguém de fora), servida por pessoas que saibam escrever e falar, e, já agora, pensar.*

A má preparação lógica dos jornalistas tem sido detectada em entrevistas, onde se pergunta o que já foi respondido, ou o que não pode ser respondido, ou o que não interessa perguntar (o

arquétipo é a interrogação *que é que sente neste momento?*”, endereçada a alguém que chora um morto).

Nota-se também, em certos media, um excesso de falácias e ilogismos, do género clássico : “*Se Joana for um homem, é um mamífero. Joana não é um homem, logo não é um mamífero*”.

Por fim, vislumbram-se as contradições discursivas, as insuficiências verbais, as incapacidades semióticas, e a velha distinção “*de dicto*” e “*de re*”, entre o que é dito, e o que é verdade na coisa.

*O problema da assessoria técnica pode, obviamente, transformar a reportagem em ciência, e a informação em opinião, mas também aí se deve distinguir entre a competência técnica e a tendência opinativa.*

Aqui se coloca também o problema da especialização: os jornalistas deveriam tendencialmente apetrechar-se (em direito, medicina, jardinagem, assuntos políticos e militares, filosofia e sociologia, economia e finanças, engenharia e mecânica, etc.) por áreas ou departamentos.

Isto implica uma capacidade de recrutamento enorme, e provavelmente uma revolução no ensino, as duas de certa forma em curso. Mas também se pode perguntar porque é que o especialista noutra área quer ser jornalista.

E pode responder-se.

*A informação não pode confundir-se com publicidade comercial, directa ou indirecta. Esta é uma regra que deriva da imposição de imparcialidade, mas procura ainda não tornar a comunicação social numa mera caixa de ressonância corporativa, ou no departamento de relações públicas de uma empresa.*

O jornalista não deveria passar a ser assessor de poderes públicos ou privados, e regressar à profissão, ao menos sem um “*tempus lugendi*”.

*Há um espaço para a especulação no jornalismo?*

Sim, desde que se assuma. No chamado jornalismo de investigação, é preciso colocar tantas hipóteses como certezas, e às vezes mais. É preciso lutar contra poderes públicos, ou aliar-se a eles, na busca da verdade escondida. É preciso, muitas vezes, assumir a função de detective, agente secreto, polícia, e usar as suas armas técnicas.

Mas o jornalismo de investigação deve continuar a manter as regras da objectividade (o jornalista não é notícia), da imparcialidade (não há rapazes bons, não há rapazes maus) e do rigor técnico (não matarás a língua, não cobiçarás a asneira do próximo, honrarás os pais e as mães da cultura, não prestarás falso testemunho, não cometerás erros de gramática, sintaxe e semântica, não dirás “houveram”, não falarás do que nunca ouviste falar, não terás vergonha de mostrar dúvidas, não terás medo de avançar certezas, não convidarás os membros da Quinta das Celebridades para o Telejornal)

*O Espectador não se confunde com o espectáculo, a não ser no living theatre, e talvez no free jazz.*

Os media modernos não podem deixar de distinguir entre informação e entretenimento, e entre reportagem e espectáculo. Se bem que a realidade seja muitas vezes mais interessante do que a ficção, dado que oferece ao espectador mais pontes de reconhecimento e adesão (“*podia ser eu que estava ali, ou ainda bem que não sou eu*”), precisa de se conseguir uma dose certa de desprendimento, laconismo, frieza, comedimento e, mais uma vez, afastar os foguetes em favor do evento.

*Os media modernos podem errar. Errar gravemente, e errar muitas vezes. Errar por acção e omissão, por palavras e actos. E por pensamentos, mas estes não são ainda puníveis,*

Nesse sentido, é normal e desejável que cada órgão de informação possua departamentos de provedoria e amparo dos espectadores e ofendidos,

Claro que a reparação de um mal, na comunicação social, dificilmente contraria o chamado efeito expansivo da ofensa por difusão mediática: quando se repõe a verdade, o génio já saiu da lâmpada, e não regressa.

*E a cultura?*

A informação não tem de ser educativa, no sentido de estabelecer um cânone pedagógico, e ainda menos na acepção de ser uma alternativa à escola e à família, às Igrejas e às associações cívicas. Mas se respeitar todas as regras legais, morais, éticas, deontológicas e técnicas, será forçosamente não – deseducativa.

*Há problemas adicionais, que não podemos aqui tratar, mas que se referem em lista breve.*

Aqui se inscrevem as questões ligadas ao controle de propriedade e gestão dos media, e sua pertença pública ou privada, o problema das distinções entre influência, domínio e autoridade, sobretudo quando se fala da comunicação social como “quarto poder”, o estatuto dos novos media desincarnados, como a Internet, a ascensão de novos públicos, com a profusão de fluxos migratórios, a ascensão de grupos de protesto globais e o estabelecimento de interesses de minorias (étnicas, culturais, políticas, económicas, sexuais, etc.).

Aqui se inscrevem os problemas do “jornalismo de causas e cruzadas”, e da noção “guerresca” (Manuel da Andrade) do fenómeno mediático.

Aqui se inscrevem os problemas – só ligeiramente atrás focados – da auto-avaliação, auto-crítica e auto-reforma dos media.

Aqui se inscrevem, por fim, as circunstâncias de operação de, voltando a MacLuhan, meios “quentes e frios”, hiper-activos e inter-activos, com a profusão de tele-chamadas, inquéritos na hora, sondagens expresso, democracia por tele-chamadas e outros efeitos de comunitarismo ao minuto.

PUBLICIDADE E TERROR: UMA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA



## *Os terroristas*

A definição “mínima” de terrorismo, ainda assim controvertida, fala de um “sistema” baseada na intimidação activa, dirigido a civis e não combatentes, sob argumentação política. O carácter altamente organizado do fenómeno, e a sua distinção em relação à criminalidade comum, costumam ser realçados.

De qualquer forma, e com interesse para a exposição, um problema clássico salienta que as organizações terroristas precisam de cobertura mediática como oxigénio (Gilbert, *biblio.*). A publicidade do terror pertenceria ao próprio elemento “reprodutivo” do mesmo, e nesse sentido inclui-se na sua matriz táctica e estratégica.

Como sistema expansivo, é através dessa dimensão pública que o terrorismo se anuncia, propaga, avisa, chantageia e exagera. A própria violência constitui, de determinada perspectiva, uma forma de comunicação, à espera do pós-discurso próprio (Schmid, de Graaf, *biblio.*).

Nesse sentido, a falta de sequência mediática é um revés claro. De certa forma, *a segunda maior derrota de um grupo violento* (a seguir ao desmantelamento completo pela polícia) seria o desconhecimento total, pelo público e pelos destinatários directos, dos seus actos.

## *Os “media”*

Por outro lado, a dimensão pública do terror é, na maior parte das vezes, auto-evidente, decorrendo da gravidade da ameaça, ou da sua concretização. Seria impossível, por exemplo, manter em segredo a queda das Torres Gémeas, ou a carnificina nos comboios de Madrid.

Nesse sentido, a comunicação social, no seu dever, direito, objectivo, papel e desejo de informar, transmitir e divulgar factos de relevância, fica por assim dizer obrigada a referenciar os eventos da cadeia do terror, onde quer que eles se encontrem.

Pode fazê-lo de uma atitude passiva e reactiva, reportando acontecimentos passados, presentes ou em curso, ou encetar formas de investigação, análise, prospecção e especulação, que

procurem fornecer ao público dados para a compreensão do fenómeno, ou para o delinear de possíveis vias de desenvolvimento. A actividade do analista Peter Berger, para a CNN, tem sido paradigmática nessa arena.

### *Os estados*

Isto tem sido compreendido também, em formas diversas, pelos regimes políticos e pelas forças de segurança.

Repare-se como nos sistemas políticos totalitários se estabelece uma cortina de silêncio sobre actos violentos dentro do território do estado, contra a sua ordem e os seus súbditos.

E atente-se às recomendações de muitos serviços especializados, em vários sistemas e regimes, no sentido de convencer a comunicação social a não divulgar imagens, palavras ou notícias específicas, que possam ser interpretadas pelo público como divulgação, amplificação ou apologia da conduta terrorista.

Pode dizer-se que, nas respostas ao problema da publicidade do terror, os poderes públicos costumam navegar entre os seguintes portos:

\*SISTEMA DE NEGAÇÃO - Tentativa de bloquear o circuito (T-M-P), pela censura e outras medidas administrativas (podendo ir até ao retoque, falsificação ou substituição da realidade).

\*SISTEMA DE LIMITAÇÃO DE DANOS - Tentativa de minorar o impacte final, pelo estabelecimento – permanente ou *ad hoc* – de regras de acesso dos “media” a sítios, documentos ou pessoas.

\*SISTEMA DE PRÓ-ACÇÃO - Tentativa de estabelecer canais alternativos de publicidade (por exemplo, comunicados institucionais, ou entrevistas mandatórias com funcionários públicos e responsáveis políticos, ou ainda – em regimes dados – pelo ensaio de manipulação da comunicação social), no sentido de fazer passar para o público mensagens convenientes sobre os fenómenos terroristas.

\*SISTEMA DE INICIATIVA – Diríamos que este é um edifício em construção, ou uma obra em progresso (para citar James Joyce). Também se trata de obra controversa, na medida em que liga política, informações, cultura e estratégias activas, antecipatórias e hiper-dinâmicas (diríamos permanentes). É neste sentido que se tem discutido, sobretudo nalguns países da União Europeia, e em parte nos EUA, o uso “possivelmente inovador e imaginativo” dos media tradicionais e dos novos meios de comunicação, numa estratégia contra-terrorista no terreno puro da informação, como parte de um enfoque “não-repressivo”, “culturalista” e “construtivo”.

\*SISTEMA DE CONTROLO PERSUASIVO - Tentativa de concertar – com os *media*, o público, as instituições não governamentais, os fazedores de opinião – formas de auto – e hetero – controle, que levariam à obtenção do chamado “duplo bem”: a necessária divulgação dos factos, pela comunicação social, e a necessária desinserção dessa divulgação de qualquer intenção de uma estratégia terrorista.

### *O público*

Por fim, há que tocar brevemente num actor geralmente menorizado nas análises: o público.

O público como actor e destinatário das mensagens do terror, sejam elas sob forma de propaganda, anúncio, intimidação ou sedução.

O público como elemento nuclear da dimensão do fenómeno, que existe, em grande parte, para ele. Está relativamente demonstrado que, nos cálculos dos grupos do chamado “terrorismo catastrófico”, o público fica inserido na condição dupla de vítima e aliado.

Vítima, na medida em que se encontra na primeira linha do sofrimento, para grupos que se preocupam em causar o maior número possível de vítimas, sobretudo em sociedades pouco habituadas a catástrofes.

Aliado, já que muitos estrategos do terror internacional – sabemos-lo por relatórios de interrogação e processos judiciais, confissões e proclamações – pretendem usar o público como massa de pressão sobre estados e governos, no sentido de alterar políticas e palavras.

O público é também o conjunto de pessoas, associações e grupos que, de uma forma ou de outra, precisam de saber o que se passa no domínio do terror, ou acabam por sabê-lo, mesmo que não o queiram.

O público é também a complexa rede de famílias de vítimas directas, de sobreviventes, de símbolos semi-vivos do terror, com o seu cortejo de estropiados, incapacitados, estigmatizados pela violência, para o resto da vida.

O público fica, no fundo, numa posição de triplo destinatário: sofre o terror por parte dos radicais, é informado do terror pelos media, é instruído sobre o terror pelos estados.

## O USO ESPECÍFICO DOS “MEDIA” PELO TERROR

Se, numa perspectiva comparada e histórica, o terror compreendeu sempre bem o mecanismo da comunicação e propaganda, o terrorismo internacional “catastrófico” tem-se mostrado ávido de uso das chamadas novas (e emergentes) tecnologias de informação (NETI).

Como salientam Capelli e Saviotti (*biblio*), a “comunicação subversiva”, com os seus códigos e modelos, foi um produto tradicional de exportação terrorista para os media, sobretudo escritos, mas também televisivos, sobretudo a partir do desvio de aviões para Jordânia, e do rapto dos atletas israelitas em Munique, no fim dos anos sessenta e começos dos anos sessenta do século XX.

Hoje em dia, para além da ligação à comunicação escrita e electrónica tradicionais (jornais e radiotelevisão), vem-se

conhecendo um cada vez maior acesso, uso e criação de processos na *internet* e nas várias extensões de ciber-comunicação.

Isto implica, da parte terrorista, entre outros elementos mais conhecidos, a utilização de técnicas de estenografia e codificação de documentos, encriptação avançada, espelhamento contínuo de endereços electrónicos, navegação anonimizada por intermediários, camuflagem ou falsificação de assinaturas electrónicas e protocolos, criação de sítios falsos, foros de discussão para despiste e engodo, etc.

E implica, do lado policial, incrementos tecnológicos e novas áreas de preparação, do ciber-crime à compreensão integrada de várias línguas exóticas, incluindo os seus calões, duplos significados, códigos de juventude e outras corruptelas.

O uso das NEIT pelo novo terrorismo tem objectivos também hoje conhecidos de forma mais adequada, pela investigação e pela análise.

A saber:

\*Comunicação entre grupos e redes de simpatizantes (a que chamaríamos função de debate e reunião, importante sobretudo na noção mobilizadora constante de vários grupos ditos “salafistas”)

\*Divulgação ou endereço de instruções operacionais e ordens, codificadas ou abertas, específicas ou genéricas, com destinatário certo ou alargado (a que chamaríamos “função de comando, controle, comunicações e informações, ou C3I”)

\*Ameaça, chantagem, agressão contra estados, grupos ou indivíduos considerados hostis, rivais, inimigos ou simplesmente não cooperantes (a que chamaríamos de “função de pressão”)

\*Expressão de motivos, doutrinas, razões de actuação, estratégias e objectivos (a que chamaríamos “função de justificação, legitimação e racionalização”)

\*Exposição, divulgação ou debate de motivos de fundo, “culturais” ou “civilizacionais”, religiosos ou históricos,

linguísticos ou filosóficos, geralmente propagados por organizações de frente, grupos de influência ou simples propagandistas e companheiros de caminho (chamaríamos a isto “função didáctica e de socialização”)

\*Apoio a causas determinadas, angariação de fundos e mobilização social (a que chamamos “função de financiamento e lobbying”).

\*Criação de símbolos activos, lendas e espectros para – religiosos (função que diríamos “mitológica”).

\*Uso ofensivo da auto – estrada global de informação, como meio de travar a ciber – guerra (numa função “militar” directa). Este uso operacional imediato tem, como noutros conflitos, elementos de recolha de informações e espionagem, de controlo e observação de alvos e adversários, de interferência, adulteração, empastelamento de comunicações e roubo de dados, de difusão de falsas pistas e de resistência a estratégias adversas, em todas as áreas da chamada “guerra da informação”.

Apesar de nem todos os estados possuírem a mesma experiência e tradição, quantitativas e qualitativas, no albergar destas funções, tem de se notar que – até do ponto de vista jurídico – formal – a des – estadualização de funcionamento e manutenção de complexos como a Internet, leva a que a presença do terror no ciber - espaço seja hoje global, numerosa, multi-facetada e crescente.

O catálogo internacional de sítios e endereços ligados a grupos da chamada “marca Al Qaida” compreende hoje, segundo os dados mais recentes, milhares de instalações mais ou menos permanentes, entre grupos de discussão, páginas de propaganda, bibliotecas de referência e foros de convívio.

Deve também dizer-se que não é tarefa fácil, sobretudo para órgãos menos especializados, distinguir entre os endereços efectivamente ligados ao terror, aqueles que se limitam a emitir uma mensagem radical, mas sem conexão – ao menos provada –

com actos de violência, e os endereços específicos da comunicação social estabelecida, que se especializam na actividade terrorista, nos campos da informação, análise e prospectiva.

Para complicar o problema, temos ainda os sítios electrónicos criados por serviços policiais, de segurança e informações, militares ou civis, que servem de engodo e ratoeira de atracção de potenciais mártires, suicidas e outros militantes violentos avulsos. Do ponto de vista da análise científica, está ainda por fazer o trabalho sistemático de comparação das políticas nacionais face a este fenómeno (sobretudo nos países islâmicos), de avaliação do impacte desta realidade na formação das opiniões nacionais e internacionais, e de comportamento activo dos promotores e orientadores desta nova forma de lançamento do terror no domínio público.

Fica isto dito, apesar do crescente número de instituições que se propõe seguir, investigar, penetrar, compreender, minimizar e sabotar este elemento importante da estratégia comunicacional da violência organizada.

## DILEMAS DA PENA FACE À ESPADA

Inicialmente, e sob necessidade de especificações e desenvolvimentos, pode argumentar-se que a relação entre *media* e terrorismo se insere no que os alemães chamam de *Notstandrecht*, direito de emergência, e *Ernstfall*, ou “queda grave”.

Nessa acepção, a comunicação social viveria, na cobertura do problema terrorista, um modelo de descontinuidade, provisoriedade, excepcionalidade e transição.

Mas, para os *media*, as presumidas “situações de excepção” são cada vez mais a regra, num mundo em guerra, e em indefinida e ilimitada “guerra contra o terrorismo”.

Pode perguntar-se se as coisas seriam diferentes, se o problema do combate ao terrorismo tivesse permanecido nos patamares das

operações de polícia e segurança, sem elevação ao domínio quase cósmico de uma estratégia para-militar global, ainda por cima complementada por devaneios ideocráticos.

Mas a realidade é esta: a do conflito omnipresente, onde operações de aplicação e imposição da lei, de polícia científica e de articulação entre procuradorias, polícias criminais e tribunais se misturam com expedições militares, e políticas de canhoneira, de tipo novecentista.

E numa situação de conflito generalizado, pergunta-se a informação deve relatar a realidade, ou tomar partido,

Pode colocar em perigo vidas e bens, em nome da “verdade” ?

Deve abster-se de denunciar criminosos e revelar a posição exacta, a identidade e os propósitos dos “bons”?

Deve ser “patriótica”, ou “neutra”?

Deve aceitar a censura, o “polling” e o “embedding”?

As regras parecem as mesmas do funcionamento na prática e no direito interno, atrás bosquejadas, mas agora aplicadas ao teatro de polícia, de segurança de estado, de jurisdição militar, e com circunstâncias específicas.

É evidente que, sobre a cobertura mediática do terrorismo existem, num nível de compreensão, verdadeiros problemas “ético” e “deontológicos”.

Tomamos a ética como ciência e estudo da moral., parte da Teoria dos Valores, ou axiologia, a mesmo título que a estética, e onde se estudo o “bom” e o “certo”, e o seu caminho.

Por outro lado, referimos a deontologia como “ética prática e corporativa”, ou a averiguação, e estatuição, dos deveres e comportamentos obrigatórios.

Não é aqui possível estabelecer todos os dilemas e equações figuráveis, inevitáveis face à acção e estatuto da comunicação social.

Mas realçaríamos um núcleo essencial, talvez mais problemático e preocupante.

O primeiro desafio tem a ver com a possibilidade de manipulação dos media pelo terror, que transformam aqueles em máquinas de propaganda deste, e pelos serviços de segurança, que olham nos media fontes de informação e de controlo social.



O segundo refere o impacto do desconhecimento dos media face ao terror e aos mecanismos de segurança e informações, que pode, por exemplo, levar a salientar o acessório face ao essencial, ou credibilizar personalidades e organizações ilusórias ou mistificadoras. O recente estudo de Kohlman sobre a *Jihad* no centro da Europa e nos Balcãs coloca a tónica na desadequação do tratamento pela comunicação social, e o livro de Ami Pedahzur sobre o terrorismo suicida revela que a prática deste ultrapassa em muito o Islão, na história e no presente, ao contrário de alguns clichés mediáticos.

O terceiro liga-se à hipótese real do recrutamento (reconhecido ou implícito) de jornalistas para a causa terrorista.

O quarto cita o elemento de expansão, retracção e dimensão adequada do fenómeno terrorista, pelos relatos mediáticos. Por outras palavras, quando é que os media exageram ou minimizam o universo do terror?

O quinto evidencia o desejo de “equidistância” entre terror e contra-terror, vigente em muitos media, e a tendência para reportar sob o signo da “equivalência moral” entre as partes em conflito.

O sexto realiza as vantagens e perversidades das chamadas “fontes próprias”. Quando estas não são genuínas, o caminho da desinformação e da penetração de radicais aumenta. Por outro lado, o que fazer com informação classificada, obtida pelas mesmas fontes?

O sétimo prende-se com a necessidade, sentida por muitos media, de “humanização”, popularização e mistificação do fenómeno. A transformação do terror pelo universo tablóide é um exemplo alarmante, pelos elementos de distorção eficaz introduzidos na realidade.

O oitavo reside na tentação de efabulação, ou pura e invenção de factos e dados, fenómeno depois repercutido pelas agências internacionais.

## EPÍLOGO TAMBÉM COM PROBLEMAS

*É fácil dizer que não há soluções fáceis para este conjunto de problemas.*

A melhoria técnico – profissional dos media não resolveria os dilemas mais agudos, e o terrorismo não deixará o domínio da publicidade, que é o seu mundo, e onde encontrará sempre os media, os estados e os espectadores.

O que se pode esperar é, por um lado, a percepção correcta dos interesses dos vários actores em jogo, de forma a instruir qualquer política, e por outro a vaga esperança de que a civilização, a humanidade e o respeito pela existência, conduzam a reflexões profundas, que não transformem a informação sobre o terrorismo em informação terrorista, de estado ou contra o estado.

O que se pode esperar é a descoberta, pela nossa comum humanidade, de que, fora das soluções outro-mundistas, quiliásticas e apocalípticas, em que todos morrem em nome do melhor além, haverá sempre de conciliar interesses entre actores no mesmo tabuleiro, dado que ninguém ganhará alguma vez tudo, ao mesmo tempo, na mesma época.

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

\*T. Becker, *Terrorism and the State: Rethinking the Rules of State Responsibility*, Oxford 2006.

\*L. Capelli, S. Saviotii, eds., *Alice è il diavolo. Sulla strada di Majakovskii: testi per una pratica di comunicazione sovversiva*, Cologno Monzese 1976

\*Y. Deva, "Technologies for Combating Terrorism" (e especialmente o subtítulo e casos "CyberIntelligence-CYBERINT" ), IETE APEX Forum, 16 Fevereiro 2002, em <http://www.iete.org>

\*J. Didion, "Fixed Opinions, or the Hinge of History", *NYPL lecture, The New York Review of Books*, Janeiro 16, 2003.

- \*P. Gilbert, "The Oxygen of Publicity: Terrorism and Reporting Restrictions", in Belsey/Chadwick, eds., *Ethical Issues in Journalism and the Media*, London 1992.
- \*B. Hoffman, *Inside Terrorism*, N. Iorque, reed. de 2006.
- \*B. Kampmark, "The spectre of Bin Laden in the Age of Terrorism", in <http://www.ctheory.net>
- \*E. Kholman, *Al Qaida's Jihad in Europe*, Palgrave Macmillan 2006
- \*ibid, "The Real Online Terrorist Threat", in *Foreign Affairs*, Setembro - Outubro de 2006.
- \*S. Khalatil, T. Boas, *Open Networks, Closed Regimes: The Impact of the Internet on Authoritarian rule*, New York 2003
- \*A. Pedahzur, *Suicide Terrorism*, Cambridge 2006
- \*W. Phares, *Future Jihad*, Londres 2006.
- \*R. Picard, *Media Portrayals of Terrorism: Functions and Meaning of News Coverage*, Iowa State University press 1993.
- \*A. Rathnell, "Cyberwar: The Coming Threat?", em *NCSIS Newsletter*, 1997, in <http://www.icsa.ac.uk>
- \*N. Rogeiro, *O Inimigo Público. Carl Schmitt, Osama Bin Laden e o Terrorismo Pós-Moderno*, Lisboa 2003.
- \*Ibid, *Cibercrime e Ciber-Castigo: Uso e Abuso da Auto-Estrada de Informação Global*, IIE, Macau 1999.
- N. Rosencrance et al, eds., *Globalization, National Self Determination and Terrorism*, Rowman and Littlefield Ed. 2006.
- \*A . Schmid/J. de Graaf, *Violence as Communication: Insurgent Terrorism and the Western News Media*, London 1982.
- \*A .Sofaer, S. Goodman, *The Transnational Dimension of Cyber Crime and Terrorism*, Stanford 2001.
- \*T. Thomas, "Al Qaeda and the Internet: The Danger of Cyber-Planning", em *Parameters*, Primavera 2003, pp. 112-23.
- \*WEF, *The Global Information Technology Report 2002-2003*, Oxford University Press 2003-01-19

(Anexo a “A Pena e a Espada”/Nuno Rogeiro)

## CASO PRÁTICOS SOBRE A AL QAIDA

### *Manobras no ciber-espço*

A progressão dos inquéritos sobre a relação entre a AQ e as novas tecnologias, mostram um pleno uso das capacidades cibernéticas do princípio do milénio, e sobretudo das avenidas de aquisição e troca de dados fornecidas pela Internet.

A especulação sobre a aquisição de meios informáticos importantes pela AQ, incluindo o sistema “Promis”, roda em torno de um “grupo de trabalho” que agiria sob a supervisão de Abu Anas Al Liby, um dirigente radical líbio que terá morrido em Janeiro de 2002 (apesar de erroneamente haver sido “detectado” numa prisão Sudanesa). Fontes diversas indicam, porém, que o “Promis” pode ser uma efabulação, e avançam antes que a AQ terá usado profusamente sistemas de análise de informações passíveis de importação comercial (e até *download* via Internet), como o Xanaly’s/Harlequin Watson (ligado ao bloco de notas i2 Analysts), o Filemaker Pro e o Microsoft Access.

Os mesmos sistemas são uma espécie de super-processador de palavras, ligados á possibilidade de estabelecimento de quadros e gráficos. Se um sistema de informações adequado for introduzido, os instrumentos referidos podem estabelecer relações úteis com ligações de nomes, endereços, rotinas, escalas, etc., facilitando a planificação de algumas operações.

### *Vestígios e suposições*

Entretanto, fontes de segurança confessaram ter encontrado, numa base da AQ no Afeganistão, um computador pessoal contendo dados obtidos através do endereço electrónico francês “Société

Anonyme”, entre os quais dois volumes sobre sabotagem de infra-estruturas críticas, assim como uma enorme biblioteca de dados sobre o funcionamento de barragens, centrais nucleares, aeroportos, portos e centrais eléctricas de vários países da Europa e dos EUA.

Relatórios consultados pelo autor referem também as ligações à AQ de um obscuro “Clube de Piratas Cibernéticos Muçulmanos” (MHC), que giraria em torno de Bilal Ibn Batuta e Suhail Abu Osman, ligados a um dos porta-vozes de UBL, Mohammed al Masri, do Reino Unido. O MHC teria tido centros em Kabul e Kandahar, e possui membros nos EUA, Reino Unido, Paquistão e Malásia.

Claro que o espectro da guerra no ciber-espço não é uma brincadeira.

Um pequeno episódio exemplificativo sobre os receios neste sector é dado pelos operadores informáticos da base aérea americana de Layton Hill. Até ao dia 11 de Setembro de 2001, os mesmos verificavam 100.000 intrusões e outros ciber-ataques por mês. A seguir ao apocalipse nova-iorquino, os computadores da base passaram a sofrer 1 milhão de ataques por mês. A autoria da façanha é desconhecida, podendo tratar-se de actos desgarrados de diversas organizações, mas a paranóia sobre a penetração da Al Qaïda no “espírito da máquina” tecnológica tornou-se num dado do planeamento de defesa.

Os sinais de alarme acenderam-se também em 21 de Outubro de 2002, com um ataque generalizado às raízes da Internet, através da denegação de serviço, que durou apenas uma hora, mas provou ser um largo movimento coordenado, planificado e tecnicamente executado como uma competente operação militar. E o relatório da CIA à comissão de informações do senado dos EUA, em 30 de Outubro do mesmo ano, acerca dos novos riscos de penetração informática de grupos radicais, não tranquilizou nenhuns ânimos, na medida em que expôs o continuado uso ofensivo dos recursos da Internet pela AQ, pelo Hezbollah e pelo Aleph (o sucessor da Aum Shinrikyo, ou a seita da Verdade Suprema).

Também não tranquilizou ninguém o caso da rusga policial à empresa Ptech Inc., de Quincy, no Massachussetts, no fim de 2002. A firma produz programas informáticos para o Pentágono e outros departamentos sensíveis dos EUA (detalhando o seu funcionamento interno, e permitindo analisar o impacte de mudanças departamentais, entre outros pontos), e teve entre os seus investidores Yasin al Kadi, um homem de negócios saudita que viu os seus bens congelados nos EUA, até se esclarecerem pormenores da sua alegada ligação (veemente negada pelo próprio) a extremistas do Médio Oriente. Claro que a imprensa americana inferiu imediatamente que a Ptech estava a ser alvo de investigação por potenciais ligações à AQ, o que se provou falso. Outra hipótese, mais sofisticada, falava de penetrações do grupo de Bin Laden nos segredos técnicos e comerciais da instituição, e especialmente de tentativas de obter informação sobre os contratos com o aparelho militar-industrial dos EUA. De qualquer forma, as especulações neste campo traduzem bem a inquietude dos analistas, e redundam na ruína ou desespero dos acusados no circo mediático.

### *Os sítios costumeiros (I)*

Ainda no campo informático, e para além do uso do ciber-espço como avenida de crime, há a registar a manutenção de vários “sites” de divulgação das acções e princípios da AQ, e organizações que lhe são associadas, próximas ou simpáticas. É o caso do Jihad News (216.180.224.51), Kavkaz.org, Chechen.org/kavkaz (ligado a uma facção extrema da guerrilha Chechena, e em certa medida oposto a), Azzam Pub. ([www.azzam.com](http://www.azzam.com)), waaqiah.com, maktabah.net, Jihadunspun.net, jusplus.net, islamic-news.co.uk, supportersofshariah.co.uk, <http://www.202.43.163.180/~acom/afghan/>, <http://www.arabforum.net> (assegurado por um tal “Gabinete Político da Al Qaeda al Jihad”) e <http://www.66.132.29.71>, etc. É difícil determinar que endereços correspondem verdadeiramente à mensagem institucional do núcleo de Bin

Laden, mas os conteúdos são especialmente reveladores. No endereço arábico do “Emirado Islâmico do Afeganistão”, expõe-se a base de dados da organização al- Nidaa, “o chamamento”. Em <http://www.jehad.com>, e em <http://www.mojahedoon.com>, um dos alegados “chefes alternativos” da AQ, Suleiman Abu Gaith, confirmava, a 6 de Dezembro, a organização dos últimos atentados em África, e declarava solenemente “guerra sem tréguas” a Israel. Por outro lado, davam-se conselhos tácticos à “resistência”, com Abu Gaith a pedir ao Hamas e à Autoridade Palestiniana que esquecessem as suas divisões, e parassem com a luta fratricida, por exemplo no campo de refugiados de Nusseirat. Quanto ao endereço <http://www.jehad.org>, aparentemente gerido por um tal Julliou Armari, teria sido “penetrado e capturado” por um hacker “patriota” dos EUA, que obteve a palavra de passe e outras senhas capazes de dar acesso às caixas de correio electrónico dos sítios e listas de discussão, e que se preparava para entregar todos os dados à polícia, embora tivesse também contribuído para que as investigações em curso se tornassem menos eficazes, dado que o seu anúncio justiceiro “espantou a caça”.

### *Os sítios costumeiros (II)*

Em quase todos os “sites”, pode supor - se que grande parte das mensagens e frases de debates incluem referências codificadas a planos, locais de encontro, ou mudanças de táctica, se bem que alguns endereços sejam também utilizados por serviços de segurança de vários países, para monitorizar militantes.

Outros não escondem as suas cores.

O endereço electrónico [www.al-neda.com](http://www.al-neda.com) (espelho em [www.al-neda.net](http://www.al-neda.net)), por exemplo, publicou – em 2002 - uma alegada entrevista com um tal Al Miadad Al Ansari, suposto comandante operacional dos combatentes restantes da AQ. Este descrevia o início de uma guerra de guerrilha total contra o “ocupante americano” e os “traidores” (Aliança do Norte). Curiosamente, a

extensa entrevista procurava evitar referir o carácter multinacional da força de paz, e o envolvimento da ONU.

Outros endereços que publicaram documentos “oficiais” da AQ foram os do diário saudita *Al Sharq Al Awsat*, e do banido jornal egípcio *Al Sha'b*. Os dois publicaram as memórias de Ayman al-Zawahiri, "Fursan tahta rayat al-nabey", geralmente traduzidas como “Cavaleiros soba bandeira do Profeta”.

O oftalmologista feito comandante operacional da AQ, justifica ali as causas do primeiro colapso da organização no Afeganistão, como produto da traição, vastas conspirações imperialistas e o uso indiscriminado do poder americano.

Num tom de insurreição salafista, Zawahiri lança-se contra os estados “apóstatas”, “traidores” e “timoratos” do mundo árabe, incluindo aqueles que, “sem vergonha”, propõem a ascensão de cristãos, judeus e outros “infiéis”, aos postos mais altos de nações muçulmanas (numa alusão provável ao Sudão, ao Iraque, à Indonésia e ao Egipto). Al Zawahiri faz também um diagnóstico negro sobre o “apaziguamento” veiculado por grupos egípcios da oposição a Mubarak, ou pelas facções ligadas à presidência da Palestina.

### *Os sítios costumeiros (III)*

Quanto à “Jihadunspun”, publicou em 27 de Outubro de 2001, um artigo de Bruce Kennedy, apresentando uma estranha carta de Ussama Bin Laden, respondendo ponto por ponto aos órgãos de informação ocidentais. Outro documento que causou polémica foi um suposto testamento do Emir, considerado falso por muitos especialistas. Também bizarra, sobretudo por não ter sido publicada, de início, mas apenas anunciada, foi uma alegada entrevista do Outono de 2002, dada por um suposto alto quadro da AQ, Mohammed Al Asuqf. Trata-se de um “doutorado em física e mestre em economia internacional”, que teria concedido uma entrevista à Al Jazeera, comprada depois pelo editor do jornal Al Qods, de Londres, A. Bari Atwan. A conversa acabou



por não ser impressa, e o seu conteúdo começou a circular em endereços árabes da “Net”.

Ali se prometia a destruição do Grande Satã americano-judaico, como objectivo principal da AQ, atribuindo-se-lhe todo o mal do mundo, dos percalços de Kyoto e do TPI à ganância financeira e à opressão sobre a Palestina.

Asuqf reflecte depois sobre as probabilidades de sucesso da AQ, numa guerra “assimétrica”. Refere que o gigantismo da máquina militar americana não é uma garantia de segurança ou vitória, acrescentando que “também a Linha Maginot foi inútil”, numa referência à alegadamente inexpugnável cintura de defesa da França, nos primórdios da Segunda Guerra Mundial. Ao tentar explicar os trunfos da rede Bin Laden, avança dados que poderiam ser úteis para a análise, se fossem verdadeiros, salientando que dos mais de mil presos alegadamente da AQ, apenas “20 ou 30” pertencem à organização, e mesmo assim apenas de “segunda linha”. Asuqf diz que existem 500 militantes do primeiro escalão, e 800 do segundo, dentro dos próprios EUA, aguardando a hora de operações “que encherão o coração inimigo de terror”, uma frase muito usada na semântica do grupo. No total, e ainda segundo a mesma fonte, a AQ possuiria 5 mil militantes “de primeira” e 20 mil “de segunda”, nos vários continentes.

Asuqf passa depois em revista a parte mais assustadora – ou mais fantasiosa – dos planos da AQ: a destruição atómica das sete maiores cidades dos EUA, induzindo, para além de uma hecatombe humana, um défice financeiro de 70 triliões de dólares, correspondentes a “517 anos de PIB dos EUA” (sic). O alegado chefe da organização diz que as armas para tal ataque já se encontram em solo americano, tendo entrado em contentores marítimos. Tratar-se-ia de cinco ogivas retiradas a mísseis russos T-3/RD-10 (sic) e duas bombas desviadas do Paquistão. Os primeiros engenhos possuiriam um poder de 100 KT, os segundos de 10 KT, e teriam sido adquiridos ao preço de 200 milhões de dólares por unidade.

Asuqf fala ainda numa vasta rede de cumplicidades e alianças, incluindo “personalidades europeias” e até Tawab Hawaish, vice-

primeiro ministro do Iraque, ligado aos programas atómicos do país.

Quanto à associação das sequelas radiológicas a possíveis actos de guerra bacteriológica (com o vírus da varíola), o alegado líder da AQ menciona 20 milhões de potenciais vítimas, explicando por esse facto a derrota final do demónio ocidental.

No fim de 2002, a análise especializada entendia que o endereço electrónico “Islamic Studies and Research Center” (funcionando quer num local próprio, quer tendo trechos reproduzidos nos menos reputados e mais duvidosos <http://www.drasat.com> e <http://www.islammemo.com>, para além de pelo menos mais três “espelhos”, em Singapura, na Malásia e no Texas), traduzia fielmente a parte “oficial” da mensagem da AQ, e podia dizer-se ser o local institucional da organização. Daí á tentativa de o encerrar, ou impedir de comunicar, foi um ápice.

(Anexo a “A Pena e a Espada”)

## DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA

### PRINCIPLES OF DEONTOLOGY

---

Approved on 31 October 1988 by five Greek journalists' unions: the Union of Journalists of Daily Newspapers of Athens, the Union of Journalists of Daily Newspapers of Macedonia-Thrace, the Union of Journalists of Daily Newspapers of Peloponissos, Epirus and Islands, the Union of Journalists of Daily Newspapers of Thessaly, Sterea, Evia and the Union of Journalists of Periodical Press.

1. **Journalism** is a function.
2. Truth and its presentation constitutes the main concern of the journalist.
3. The journalist defends everywhere and always the are the freedom of press, the free and undisturbed propagation of ideas and news, as well as the right to opposition.
4. The religious convictions, the institutions, the manners and customs of nations, peoples and races, as well as citizens' private and family life are respected and inviolable.
5. Primary task of the journalist is the defence of people's liberties and of the democratic regime, as well as the advancement of social and state institutions.
6. Respect for national and popular values and the defence of people's interests should inspire the journalist in the practice of his function.
7. The journalist while practising his function rejects any intervention aimed at concealing or distorting the truth.

8. The access to sources of news is free and undisturbed for the journalist, who is not obliged to reveal his information sources.

9. The function of journalism may not be practiced for self-seeking purposes.

10. The journalist does not accept any advantage, benefit or promise of benefit offered in exchange for the restriction of the independence of his opinion while practising his function.